



DIREITOS HUMANOS NA INTERNET: A MULHER NA MÍDIA

Marjorie Barros Bock¹
Vera Lucia Spacil Raddatz²

RESUMO

Este texto pretende discutir a questão da mulher na mídia e na sociedade contemporânea, a partir das proposições do Projeto de Pesquisa: Mídia e Sociedade: o direito à informação e do subprojeto Mídia, Direitos Humanos e Fronteiras Culturais: a mulher como protagonista na mídia de fronteira. São apresentadas as concepções sobre mídia e gênero na perspectiva dos direitos humanos, cujos parâmetros de liberdade, justiça e equidade permeiam os ideais da sociedade, considerando para tanto, os resultados da coleta de dados do mês de agosto de 2017 na primeira etapa da pesquisa, e que apontam os indícios de que o fantasma da violação dos direitos da mulher se faz presente no cenário midiático.

Palavras-chave: Mulher; mídia, fronteiras, violência; direitos humanos.

INTRODUÇÃO

Numa sociedade permeada pela violência, a mídia não escapa da acusação de violar os direitos humanos, principalmente quando alguns programas de televisão aberta dedicam-se à ênfase ou até mesmo espetacularização do crime e de cenas violentas, em que boa parte das vezes tem como protagonista uma mulher. Entende-se que as razões desta situação não é culpa exclusiva da mídia, pelo fato de ela ser a difusora do conteúdo. Compreende-se que a sociedade, por aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais influi neste tipo de produção, primeiro porque a retroalimenta e, segundo, porque a consome.

O propósito deste artigo é compreender como se dá a relação de gênero na mídia e qual o papel dos profissionais e do público feminino dentro das mídias, considerando-se que a mulher está presente em todas as esferas públicas e privadas atualmente. Porém, na perspectiva dos direitos humanos, esta atuação não é igualitária em relação ao gênero, apesar de muitas lutas históricas.

O desenvolvimento da pesquisa do subprojeto Mídia, Direitos Humanos e Fronteiras Culturais: a mulher como protagonista na mídia de fronteira, adscrito ao Projeto de pesquisa

¹ Acadêmica do curso de Comunicação Social – Habilitação: Jornalismo da Unijuí e Bolsista de Iniciação Científica PROBIC/FAPERGS do Projeto de pesquisa Mídia e Sociedade: o direito à informação; e-mail: marjbock@gmail.com

² Professora do PPGD/Unijuí; Coordenadora do Projeto de pesquisa Mídia e Sociedade: o direito à informação; e-mail: verar@unijui.edu.br



Mídia e Sociedade: o direito à informação, desenvolvido junto ao Programa de Mestrado em Direito – Mestrado em Direitos Humanos – da Unijuí – visa a compreender o papel dos meios de comunicação como mediadores do processo do direito à informação, da cidadania e direitos humanos; identificar quais são as atividades realizadas e as funções executadas pelas mulheres na mídia de fronteira, na perspectiva dos direitos humanos; compreender como a mulher é representada na mídia de fronteira e analisar a relação entre as representações da mulher na mídia de fronteira e os direitos humanos. Para tanto, realiza-se a pesquisa de campo na internet e nas mídias tradicionais como rádios, jornais e televisões de fronteira sobre as mulheres na relação com os direitos humanos, no período de agosto de 2017 a abril de 2018 e a partir disso forma-se o acervo e arquivo do material coletado, a fim de analisar os dados obtidos e elaborar os quadros comparativos sobre as principais matérias e reportagens sobre as representações das mulheres nas mídias, especialmente a mídia de fronteira.

Este artigo discorre sobre o resultado da pesquisa no seu primeiro mês de coleta de dados – agosto de 2017 – a qual já aponta a presença da violação dos direitos humanos de gênero na mídia, demonstrando que em termos de educação em direitos humanos ainda precisamos avançar.

MÍDIA, MULHER E DIREITOS HUMANOS

Muito mais que um simples caráter de entretenimento e comercial, a mídia é uma instituição que envolve inúmeras ideologias. Tais princípios e valores têm grande impacto sobre a sociedade. Para Serrano (2013) o poder midiático não possui nenhuma legitimidade democrática. “Ninguém vota nele, ninguém o elege. No Brasil, ele chegou a ser denominado ‘coronelismo informativo’. Acho que o termo, levando-se em conta o que os coronéis significam na América Latina, é suficientemente eloquente.” (p. 73).

A questão de gênero está cada vez mais presente na mídia, com o enfoque de temas como assédio, exploração, salários mais baixos, jornadas duplas de trabalho, etc, que de uma ou outra forma estão inseridos nas pautas dos veículos de informação. Esse estímulo ao espaço das mulheres nas mídias compete uma divisão na estrutura da programação dessas mídias que, pensando em um conteúdo midiático mais atrativo, cria uma série de preconceitos de gênero.



Assim, é caracterizado ainda mais o modelo patriarcal enquanto o papel doméstico da mulher tem cada vez mais afirmação.

Por muito tempo a mulher foi representada como um sexo frágil, sustentando a ideia da superioridade masculina perante à submissão das mesmas. A luta pelo empoderamento da mulher e o movimento feminista garantem mais espaço nas discussões de mídias, buscando a transformação do estereótipo de gênero.

Constituindo-se por um conjunto de ideias visando atingir a uma meta, a mídia busca uma influência no modo de viver daqueles que consomem as informações. A partir da possibilidade de realizar a mediação da esfera pública com a privada e poder reproduzir conteúdo para milhares de pessoas é que os meios de comunicação produzem um maior debate, principalmente quando a pauta é algo de grande interesse público ou uma questão que levanta muitos questionamentos ou polêmica.

Após o período da ditadura militar a luta pela democratização do acesso à informação e às tecnologias vêm se tornando cada vez mais importantes. Serrano (2013) discute que ainda há uma interpretação distorcida quanto ao termo liberdade de expressão:

[...] Os meios de comunicação nasceram para garantir o acesso dos cidadãos às informações sobre acontecimentos, às propostas dos políticos, às ações de nossos governantes, às opiniões da oposição e dos movimentos sociais. A hipertrofia do modelo midiático, porém, transformou-os em interceptadores da informação, mais do que em transmissores. Como resultado, elas acabaram atropelando e repelindo os outros três poderes. (p.79)

Numa mídia democrática o cidadão deve ter o direito de informar e ser informado, sem a interferência de questões políticas e financeiras como as que envolvem a mídia brasileira atualmente. Empresas de comunicação privada detêm todo o poder de disseminar informações a partir de seus princípios e ideias. Conforme Bobbio (1992):

Numa democracia, quem toma as decisões coletivas, direta ou indiretamente, são sempre e apenas indivíduos singulares, no momento em que depositam seu voto na urna. Isso pode soar mal para quem consegue pensar a sociedade como um organismo; mas, quer isso agrade ou não, a sociedade democrática não é um corpo orgânico, mas uma soma de indivíduos. Se não fosse assim, não teria nenhuma justificção o princípio da maioria, o qual, não obstante, é a regra fundamental de decisão democrática. E a maioria é o resultado de uma simples soma aritmética, onde o que se soma são os votos dos indivíduos um por um. (p. 102)



Entender o porquê da representação da mulher na mídia ainda ser de uma maneira sexual/carnal é essencial para que essa discussão gere resultados. Principalmente em propagandas de cervejas, a publicidade é destinada a um público consumista formado, a maior parte, por homens. A imagem de mulheres enquadradas no estereótipo de modelos, utilizando pouca vestimenta e servindo aos desejos de homens, é um comportamento machista exibido pela mídia e que prevaleceu por anos na programação da TV aberta.

Em entrevista à Revista Observatório³, a pesquisadora Marcia Tiburi (2017) explica que os movimentos feministas buscam o fim da “estereotipificação”, dando ênfase à singularidade não só da mulher, mas também daqueles que são as minorias políticas em nossa sociedade. A idealizadora e fundadora do movimento político PartidA comenta que “o feminismo se apresenta como a luta, o caminho que pode levar a recuperar direitos perdidos e produzir uma sociedade mais igualitária e justa”. (TIBURI, 2017, p. 484)

Lutar contra o machismo atualmente é estar combatendo a indústria cultural que ainda vê o comportamento e o valor da mulher associado a objeto de desejo, a objeto sexual e em harmonia com a concepção da sociedade de consumo. Associar significações e méritos a um ou outro gênero representa o que as pessoas relacionam com os princípios de feminilidade apresentados pela mídia.

Para uma sociedade tomada, basicamente, pelos postos principais apresentados e produzidos por homens, disputar vagas de empregos e êxitos profissionais com mulheres pode ser frustrante. Conforme Ana Maria Colling:

Incluir as mulheres no processo histórico não significa unicamente – apesar de sua importância – incluir a metade da humanidade no discurso; significa também um fato que afeta a humanidade em seu conjunto. Ao se analisar a história sob uma perspectiva de gênero, questiona-se a validade dos modelos interpretativos existentes, modifica-se a centralidade das análises hegemônicas, tornando visível o androcentrismo do discurso científico e histórico tradicional, condicionando-se assim a produção global da história. Neste sentido, a história das mulheres não diz respeito somente à metade da humanidade, mas à totalidade desta, pois com a inclusão das mulheres nos temas

³ A Revista é um periódico quadrimestral conjunto entre o Núcleo de Pesquisa e Extensão Observatório de Pesquisas Aplicadas ao Jornalismo e ao Ensino (OPAJE) da Universidade Federal do Tocantins (UFT), campus Palmas,



históricos os homens também se fazem visíveis como seres sexuais, oferecendo uma nova perspectiva. (2014, p.15)

As mulheres por muito tempo foram privadas do exercício dos Direitos Humanos, sendo submetidas ao abuso e violência, a maioria das vezes, doméstica. Bobbio (1992) discorre que “o problema fundamental em relação aos direitos do homem, hoje, não é tanto o de *justificá-los*, mas o de *protegê-los*. Trata-se de um problema não filosófico, mas político”. Assim, auxilia a compreender a importância de colocar em prática tais direitos. Bobbio evidencia que:

A expressão “direitos do homem”, que é certamente enfática – ainda que oportunamente enfática -, pode provocar equívocos, já que faz pensar na existência de direitos que pertencem a um homem abstrato e, como tal, subtraídos ao fluxo da história, a um homem essencial e eterno, de cuja contemplação derivaríamos o conhecimento infalível dos seus direitos e deveres. Sabemos hoje que também os direitos ditos humanos são o produto não da natureza, mas da civilização humana; enquanto direitos históricos, eles são mutáveis, ou seja, suscetíveis de transformação e de ampliação. Basta examinar os escritos dos primeiros jusnaturalistas para ver quanto se ampliou a lista dos direitos: Hobbes conhecia apenas um deles, o direito à vida. (1992, p. 32)

A história da mulher é recente, o protagonismo feminino ganha impulso nos últimos anos com a maior visibilidade dos movimentos feministas nas mídias. O trabalho de conscientização e crítica com a forma que a imagem da mulher é abordada e segue em tema de discussão dentro das grandes e pequenas emissoras. Segundo um relato de José Hamilton Ribeiro, em meados da década de 1930, no Brasil:

As empresas jornalísticas eram pensadas e construídas como ambiente de sauna brega: só para homem. Nem havia banheiro feminino. No Estadão, à noite, quando fervia o trabalho jornalístico, as mulheres não eram aceitas nem na mesa telefônica. Havia mulheres como telefonistas, mas só durante o dia. À noite, um homem é que operava. Mulher podia ser telefonista, faxineira ou servia para fazer o café: circulava na área de serviço. (RIBEIRO 1998, p. 31)

Ao observar atentamente os locais de trabalho na mídia, vê-se que a maioria dos profissionais nas redações de revistas e jornais são mulheres e que elas são maioria também nos cursos de jornalismo nas universidades brasileiras. Entretanto, na hora de ocupar os pontos de direção e coordenação, a proporção é bem diferente. No que diz respeito ao quadro de ocupação das mulheres no mercado de trabalho em todas as profissões, segundo o Boletim Mulheres, “em 2015, no Brasil, cerca de 43,7% dos 48,1 milhões de vínculos formais de trabalho eram



ocupados por mulheres. Para o Rio Grande do Sul, a participação é de 46,3% dos 3,0 milhões de vínculos” (p.4). O mesmo boletim analisa os dados do município de Caxias do Sul, no RS, e constata que existe uma tendência negativa no mercado de trabalho formal naquela cidade, que é semelhante à propensão nacional: “as mulheres trabalhadoras costumam ter maior nível de escolaridade (participação de 60,9% na educação superior) mas essa escolaridade se contrapõe com o rendimento inferior ao dos homens (-19,6%).” (p.18).

OS DESAFIOS DA MULHER NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Compreender o papel da mulher na mídia contemporânea é um desafio, visto que a sociedade ainda é predominantemente machista. Portanto, o objetivo do projeto Mídia e Sociedade: o direito à informação inserido em seu subprojeto intitulado “Mídia, Direitos Humanos e Fronteiras Culturais: a mulher como protagonista na mídia de fronteira” é de buscar o entendimento sobre a participação das mulheres nas mídias, principalmente as fronteiriças.

Adscrito ao Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais (DCJS) da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ) e ao Programa de Mestrado em Direito – Mestrado em Direitos Humanos, o projeto de pesquisa tem a finalidade de compreender o papel dos meios de comunicação como mediadores do processo do direito à informação, da cidadania e dos direitos humanos. A observação e análise de sites que veiculam notícias diárias sobre os mais diversos assuntos é a técnica de pesquisa utilizada para investigar como se dá a divulgação da maneira que a mulher é representada na mídia.

A partir do primeiro mês de mapeamento em *sites* com a busca das palavras-chave: direitos humanos; fronteiras culturais; mulher; cultura; mídia obtém-se os primeiros indícios sobre a atual situação das profissionais dentro das mídias e emissoras brasileiras. Mesmo com o crescimento dos movimentos feministas e do protagonismo da mulher em busca de melhores condições de trabalho e salários proporcionais com as jornadas dentro das empresas, o resultado não é animador.

Até mesmo a imprensa feminina não mantém muitos laços com a atualidade, conforme Dulcília Buitoni:

Mesmo quando tratam da realidade, a indeterminação temporal é muito grande. Os artistas, as pessoas famosas que ocupam a maioria das páginas de “realidade” de uma revista feminina também atingiram uma certa atemporalidade. Um perfil de um ator pode ser publicado num mês, ou no próximo. Quase sempre a imprensa feminina



utiliza matérias que no jargão jornalístico são chamadas de “frias”: matérias que não têm uma data certa de publicação, que podem aparecer hoje ou semanas depois. A atualidade passa longe da imprensa. Isso acentua o seu desligamento com o mundo real e o seu caráter mais “ideológico”. (1981, p. 5)

Quando falamos sobre o espaço da mulher jornalista dentro dos veículos de comunicação a primeira imagem é de colunas de moda, beleza e comportamento. A falta de oportunidade em ganhar visibilidade dentro das empresas jornalísticas fez com que, desde muito cedo, as mulheres tomassem a frente de abrir seus próprios estabelecimentos para a divulgação de textos com autorias femininas.

Em 1852 a argentina Joana Paula Manso de Noronha fundou, no Rio de Janeiro, o “Jornal das Senhoras”. A primeira edição do jornal teve publicações que geravam críticas ao mercado editorial que não oferecia espaço às mulheres para a publicação de textos. As edições seguidas desejavam despertar no público feminino a consciência para que as mulheres reivindicassem melhores condições de estudo e maiores oportunidades de trabalho.

Para a história das mulheres estes grandes movimentos geram uma inconformidade em relação à situação em que a sociedade se encontrava. A supremacia masculina na maior parte das atividades remuneradas e de grande poder afirmava a necessidade da mulher ganhar seu espaço. A inferioridade com que a mulher era vista gerou a consequência da diminuição de capacidade jurídica em relação aos homens, como afirma Ana Maria Colling (2014, p. 21) “este universalismo que hierarquizou a *diferença* entre os sexos, transformando-a em *desigualdade*, mascarou o privilégio do modelo masculino sob a pretensa neutralidade sexual dos sujeitos”.

O cenário atual das mulheres jornalistas hoje é melhor, mas ainda precisa evoluir. Observando as notícias diárias e os veículos de comunicação, a mulher tem espaço dentro de programas de culinária, beleza, comportamento e muito raramente assume a apresentação de programas, sejam noticiários ou de entrevistas.

A natureza da mulher – menstruação, parto, etc. – impõem um limite quanto a seu empoderamento frente ao seu papel quando comparado com o homem. Joaquim (1997) ressalta o pensamento de filósofos da antiguidade clássica, em que a mulher era vista como “matriz”, como um campo semeado por outro e o homem é a semente. Destaca a preocupação com a saúde da mulher e do papel que o homem tem neste sentido: “(...) se elas têm relação com os homens, a saúde delas é melhor, menos boa se não têm.” (p. 83).



A criação da definição de gênero indica que a condição da mulher não é determinada pela sua natureza. A classificação do feminino e masculino como sexo sempre fez com que a sociedade encarasse a mulher a partir de sua natureza e de seu corpo, destinando-as à promiscuidade sendo encaradas como seres, primordialmente, sexuais. É o que explica Ana Maria Colling:

Falar em gênero em vez de falar em sexo, indica que a condição das mulheres não está determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas é resultante de uma invenção, de uma engenharia social e política. Ser homem/ser mulher é uma construção simbólica que faz parte do regime de emergência dos discursos que configuram sujeitos. Neste sentido, é necessário criticar, desmontar estereótipos universais e valores tidos como inerentes à natureza feminina. (2014, p. 28)

Segundo as feministas a necessidade da invenção do conceito surge a partir da tentativa de contemplar uma fala androcêntrica que ao falar sobre a sociedade, abrangia todos os seres. Joan Scott representou o marco na discussão sobre gênero quando publicou em seu discurso a fala de que “...gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder”. (SCOTT, 1990, p. 14).

Adepta do lema “Erguendo-nos enquanto subimos”, a defensora das afro-americanas Angela Davis (2017, p. 17), ao referir-se à luta das mulheres, afirma que “devemos subir de modo a garantir que todas as nossas irmãs, independentemente da classe social, assim como todos os nossos irmãos, subam conosco.” Ela acredita que as lutas pela igualdade podem se tornar mais fortes se esse princípio for seguido à risca, pois “reflete as aspirações e os interesses frequentemente desarticulados de massas de mulheres de todas as origens raciais.”(p.17).

As batalhas pela igualdade dizem respeito a empregos, condições de trabalho, salários mais altos e violência racista, bem como, a preocupação das mulheres se dirige a outras questões do nosso tempo como a legislação migratória repressiva, o fechamento de empresas, a falta de habitação, a homofobia, a discriminação contra pessoas com deficiência física, entre outros. “Essas são algumas das questões que devem ser incluídas na luta geral pelos direitos das mulheres, caso exista um compromisso sério com o empoderamento daquelas mulheres que têm sido historicamente submetidas à invisibilidade.” (DAVIS, 2017, p. 17). As mulheres estão buscando o seu espaço na sociedade, mas ainda não tem volume de voz o suficiente para serem ouvidas com equidade, do ponto de vista dos direitos humanos.



MULHER E FRONTEIRAS CULTURAIS – A PESQUISA

A imprensa, por ser a designação coletiva dos veículos de comunicação e de mídia, deve tratar de informar, procurando e apurando informações que posteriormente se transformarão em notícias para seu público. Assim, busca de todas as maneiras levar credibilidade dentro do modo com que realiza seu trabalho. A escolha dos profissionais que irão transmitir as notícias e reportagens em tempo real deve ser feita com prudência.

Para entender a mídia de fronteira e suas peculiaridades é preciso abranger um aspecto cultural. Segundo Raddatz (2015):

O principal elemento que define a fronteira é ela própria, a partir de todos os traços que produz e dos conteúdos que a atravessam, considerando o lado de cá e o lado de lá. Quando entram ou saem de um ou outro território, as falas, a linguagem, os ritmos e os cantos, a música, os modos de vida, os valores, os comportamentos, os anseios, as propostas, os contrapontos, gostos e desgostos, ritos e promessas, encantos e desencantos vão se alojando nas fendas encontradas pelo caminho, ou seja, nas fendas humanas que aparecem toda vez que houver algum tipo de contato entre uma cultura e outra. (p. 205)

Ultrapassar as linhas imaginárias que delimitam as fronteiras para compreender e comparar a presença da mulher nas mídias brasileiras e fronteiriças, possibilita potencializar o campo de visão que o jornalismo desencadeia. Daniela Ota (2015) cita Traquina (2005) e Sousa (2002) ao dizer que “os jornalistas não são observadores passivos, mas participantes ativos no processo de construção da realidade” (p. 183).

Parte-se de um caminho que mostra a perspectiva de que atualmente vivemos em um mundo sem fronteiras, em que os indivíduos são cidadãos planetários e as diferenças são melhores aceitas a partir do relativismo cultural, face à emergência da consolidação dos direitos humanos como universais. Mas logo nos primeiros passos pode-se deparar com uma fronteira fechada, ou uma mulher sendo agredida pelo seu parceiro, ou o abismo que separa os que têm fome dos que compram bolsas de grife, ou as cercas elétricas que controlam o acesso somente de alguns a determinados locais. Na rua encontra-se gente de cor de pele diferente, várias religiões, etnias e origens diversas, porém num ponto todos são iguais: vidas únicas e insubstituíveis. A conjuntura e o contexto econômico, político, social e cultural ajuda a esclarecer a entender as diferenças.

A preocupação com os direitos humanos, que são diferentes dos direitos fundamentais, nasceu especialmente no pós-guerra, por influência da aversão e do medo provocados pelo



holocausto à população. As dores e violações sofridas pelas vítimas desse período da história, preservadas pelas imagens e relatos, se encarregam de mostrar o que é desumano. Retomando a ideia da política do “sem fronteiras”, que veio na esteira da globalização econômica, sabe-se que as fronteiras geopolíticas ainda representam um espaço de repressão ao outro que chega.

Pesquisar a mídia de fronteira e investigar o espaço que a mulher está ocupando nestas regiões é a proposta final do Projeto que aqui apresenta o primeiro resultado do período da coleta de dados, realizada de agosto de 2017 a abril de 2018. O primeiro resultado refere-se ao mês de agosto de 2017, ainda na primeira etapa de pesquisa que pretende mapear na internet as referências feitas às mulheres nas mídias de fronteira, tendo como perspectiva os direitos humanos. As reportagens disponíveis na internet que oriundas também das mídias tradicionais como rádios, jornais e televisões de fronteira sobre as mulheres na relação com os direitos humanos vão formar um acervo e quadros elucidativos sobre as principais matérias e representações das mulheres na mídia de fronteira, relacionando-as aos direitos humanos.

Abaixo, a reprodução do quadro gerado no primeiro mês da pesquisa, seguido da respectiva descrição.

Quadro 1 - Mapeamento dos sites

SITE	LINK	ASSUNTO PRINCIPAL	DATA
Ijnet – Rede de jornalistas internacionais	https://ijnet.org/pt-br/blog/mulheres-assuem-lideran%C3%A7a-na-m%C3%ADia-digital-da-am%C3%A9rica-latina	Mulheres assumem liderança na mídia digital da América Latina	19/08/17
Agência Patrícia Galvão	http://agenciapatriciagalvao.org.br/mulher-e-midia/mulheres-indigenas-criam-agencia-de-noticias/	Mulheres indígenas criam agência de notícias	14/04/2017
Agência Patrícia Galvão	http://agenciapatriciagalvao.org.br/mulher-e-midia/20-dos-filmes-brasileiros-foram-dirigidos-por-mulheres/	Só 20% dos filmes brasileiros foram dirigidos por mulheres	30/03/2017
Agência Patrícia Galvão	http://agenciapatriciagalvao.org.br/mulher-e-midia/mulheres-brasileiras-realizam-mais-atividades-conectadas-rede-que-offline/	Mulheres brasileiras realizam mais atividades conectadas à rede que off-line	06/03/2017
REVISTA - Unisinos	http://www.ihuonline.unisinos.br/media/pdf/IHUOnlineEdicao507.pdf		



REVISTA - Unisinos	http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/6921-e-fundamental-reconhecer-discriminacao-contradiversidade-como-violacao-de-direitos	É fundamental reconhecer discriminação contra diversidade como violação de direitos	19/06/2017
Tese – Universidade de Brasília	http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3409/1/Liliane%20MariaMacedo%20Machado.pdf	E a mídia criou a mulher: como a TV e o cinema constroem o sistema de sexo/gênero.	2006
Artigo – PUC - Campinas	http://gel.locaweb.com.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2006/sistema06/710.pdf	Representações do gênero feminino na Mídia impressa	
Redalyc - Sistema de Información Científica	http://www.redalyc.org/html/271/27170212/	Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade	09/2007
RD News	http://www.rdnews.com.br/sandra-alves/mulher-midia-e-o-jornalista/88296	Mulher, mídia e o jornalista	07/08/2017
Cenário MT	http://www.cenariomt.com.br/2017/08/07/seminario-mulher-e-midia-debate-representacao-feminina-no-brasil/	Seminário Mulher e Mídia debate representação feminina no Brasil	07/08/2017
Mídia Bahia	http://midiabahia.com.br/cotidiano/2017/08/06/mulher-e-velada-viva-na-bolivia-3-pessoas-sao-presas/	Mulher é velada viva na Bolívia; 3 pessoas são presas	06/08/2017
Observatório da Fronteira	https://observatoriodafronteira.wordpress.com/2017/05/06/governadora-em-exercicio-propoe-pacto-binacional-de-enfrentamento-a-violencia-contramulheres/	Governadora em exercício propõe Pacto Binacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres	06/05/2017
Observatório da Fronteira	https://observatoriodafronteira.wordpress.com/2016/11/12/combate-a-violencia-contramulher-e-prioridade-no-novo-plano-nacional-de-seguranca/	Combate à violência contra mulher é prioridade no novo Plano Nacional de Segurança	10/11/2016

Fonte: Elaboração própria – Projeto de pesquisa Mídia e Sociedade: o direito à informação.

A partir da coleta de informações referentes à pesquisa em sites utilizando as palavras-chave demarcadas para compreender o protagonismo da mulher na mídia foi possível perceber que em sites como a Agência Patrícia Galvão a mulher ainda ganha espaço na mídia, principalmente *online*. As notícias veiculadas todas durante o ano de 2017 pelo site garantem que o ofício do público feminino em profissões que, por muito tempo foram predominantemente masculinas, mostra o quanto a questão do gênero está sendo afrontada pelas mulheres e por seu desejo de assumir que a fala machista está desatualizada.

Ao continuar a pesquisa e observar a vinculação de notícias sobre a mulher na fronteira, encontramos um grande número de divulgações que conectam a mulher com a violência. Essa



conexão denuncia que a questão de gênero, mesmo tendo maior visibilidade atualmente, ainda demonstra a relação de poder que o sexo contribui para hierarquizar as relações sociais.

Em sites como Mídia Bahia e Observatório da Fronteira foi constatado que a veiculação de matérias sobre a mulher, ligadas à violência, ainda é presente e gera preocupação nas relações do ser feminino com as mídias. O discurso sobre a imagem da mulher e sua representação define muito além de normas comportamentais, mas também questões jurídicas e princípios morais.

A supremacia masculina afirma-se baseada numa investigação científica e histórica de que o discurso coloca a mulher em um patamar inferior, iminente a sofrer violência e humilhação. Tal fala pressupõe-se a questão de que as mulheres foram ensinadas a aceitar essa condição desde os primórdios, onde o homem era o ser que mantinha as riquezas da família e assumia o papel principal dentro da sociedade. Como cita Kierkegaard (1968, p.72) “o destino mais profundo da mulher é ser companheira do homem.”

Entretanto, compreende-se que a mulher vive um momento em que precisa superar os anos de invisibilidade, colocando em voz alta o princípio “Erguendo-nos enquanto subimos” (DAVIS, 2017, p. 17), a que se fez referência antes. Mas a liberdade para fazê-lo depende de um conjunto de questões associadas primeiro ao desejo dela própria de ir adiante, acompanhando as batalhas coletivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mídia contribui para a difusão de um conjunto de estereótipos sobre a mulher, que se constituem desde o padrão da mulher objeto de desejo até a obrigatoriedade de ser bonita, magra, bela, recatada e do lar. Programas de televisão, publicidade e sites são responsáveis pela propagação de um elenco de situações em que a mulher é destituída de sua liberdade de escolha de ser ela mesma, para ser apresentada como um ser que ainda precisa de permissão para tomar qualquer decisão.

O cenário se completa geralmente com imagens e registros de violação de outros direitos humanos, como a liberdade de expressão, a liberdade de ir e vir, e o direito a ter respeitada a sua integridade física. Porém, a mídia faz parte de uma conjuntura social e política que reproduz



os discursos em voga na sociedade, inclusive o discurso de lutas das mulheres por um espaço digno e de igualdade de gênero.

Muitas lutas foram desencadeadas e o desafio para reverter o quadro de invisibilidade ou desigualdade é contínuo, porque se faz necessário junto às famílias, os grupos sociais, à mídia, às instituições de ensino e à sociedade. Acredita-se, que o papel da mulher na busca do empoderamento feminino sofre ameaças todos os dias, cada vez que uma mulher é atacada na sua dignidade.

Educação, compromisso e senso de cidadania são necessários nesta busca, mas principalmente o olhar e a atitude solidária e humana sobre as vidas femininas e um senso de justiça e equidade na avaliação das situações que envolvem a quebra dos direitos humanos de gênero.

REFERÊNCIAS

- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*; tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BOLETIM. **Boletim Anual Mulheres e Mercado de Trabalho 2017**. [recurso eletrônico]. Caxias do Sul: UCS, NID, Observatório do Trabalho, 2017. Disponível em https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/Boletim_Mulheres_2017_2.pdf. Acesso em 12 de setembro de 2017.
- BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Mulher de papel**: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1981.
- COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais**: a construção histórica do corpo feminino. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política**. 1ªed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- JOAQUIM, Teresa. **Menina e moça**: a construção social da feminilidade. Lisboa: Fim de Século, 1997.
- KIERKEGAARD, Soren Aabye. **O conceito de angústia**. Lisboa: Hemus, 1968.
- OTA, Daniela. **Radiojornalismo na fronteira**: Especificidade na Produção e Disseminação do Conteúdo Jornalístico. In: RADDATZ, Vera (Org.). *Comunicação, cultura e fronteiras*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2015.
- RADDATZ, Vera. **Fronteiras culturais**: o papel do Rádio Fronteiriço. In: RADDATZ, Vera (Org.). *Comunicação, cultura e fronteiras*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2015.
- RIBEIRO, José Hamilton. *Jornalistas: 1937 a 1997: história da imprensa de São Paulo vista pelos que batalham laudas (terminais), câmeras e microfones*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.
- SCOTT, Joan. *La citoyenne paradoxale: lês féministes françaises et lês droits de l 'homme*. Paris: Editions Albin Michel S. A., 1998.



SERRANO, Pascual. Democracia e liberdade de imprensa. In: MORAES, Dênis de. **Mídia, poder e contrapoder**: da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013.

TIBURI, Marcia. Democracia contra o facismo: Entrevista com a filósofa Marcia Tiburi. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3453>. Acesso em: 19 de setembro de 2017.